

# HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG.  
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.  
Membro da comissão de juristas encarregados pelo Senado Federal da elaboração  
do Anteprojeto do novo Código de Processo Civil Brasileiro.  
Doutor. Advogado (Parecerista).

# CURSO *de* DIREITO PROCESSUAL CIVIL *Volume I*

**60<sup>a</sup>** edição Revista,  
atualizada  
e ampliada

- Teoria Geral do  
Direito Processual Civil
- Processo de Conhecimento
- Procedimento Comum



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2019 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 03.12.2018

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

T355c

Theodoro Júnior, Humberto, 1938-

Curso de Direito Processual Civil – vol. I: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum / Humberto Theodoro Júnior. – 60. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8350-5

1. Direito processual civil – Brasil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

18-53560

CDU: 347.9(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439

# Índice da Matéria

## TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### Parte I – Noções Fundamentais

#### *Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil*

§ 1º Direito Processual Civil .....	3
1. Noções gerais .....	3
2. Definição .....	4
3. Natureza .....	5
4. Relações com outros ramos do Direito .....	5
5. Objetivo .....	7
6. Novos rumos do direito processual civil .....	8
7. Universalidade dos problemas do processo moderno .....	10
§ 2º História do Direito Processual Civil .....	12
8. Origens .....	12
9. Evolução: mundo clássico. Grécia .....	12
10. O processo civil romano .....	13
11. Processo comum .....	14
12. O processo civil moderno (fase científica) .....	16
13. Esquema histórico-evolutivo do processo civil do século XIX ao século XXI .....	16
14. Direito processual civil brasileiro .....	17
15. Regulamento nº 737 .....	18
16. Códigos estaduais .....	19
17. Códigos unitários .....	19
18. O Código de 1973 .....	20
19. As reformas do Código de 1973 e a evolução do direito processual civil .....	21
20. A constante busca da efetividade da tutela jurisdicional .....	23
21. O Novo Código de Processo Civil .....	25
§ 3º Fontes do Direito Processual Civil .....	31
22. Noções gerais .....	31
23. Lei processual .....	32
24. A Constituição e os tratados .....	34
25. Doutrina e jurisprudência .....	35
26. A lei processual no tempo .....	38

27. A lei processual no espaço .....	39
28. Interpretação das leis processuais .....	40
<i>Capítulo II – Princípios e normas fundamentais do processo civil</i>	
§ 4º Princípios Informativos do Direito Processual.....	43
29. Noções gerais: princípios universais.....	43
30. Princípios informativos e normas fundamentais do processo.....	46
31. Princípio do devido processo legal .....	47
32. Processo legal e processo justo .....	50
33. Direito e processo: instrumentalidade efetiva e celeridade procedimental.....	54
34. Princípio da verdade real .....	56
35. Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição.....	59
36. Princípio da oralidade .....	61
36.1. Processo justo e oralidade .....	63
36.2. Processo justo e humanização da prestação jurisdicional.....	63
37. Princípio da economia processual .....	64
38. Princípio da duração razoável do processo .....	65
39. Princípio da eventualidade ou da preclusão .....	66
§ 5º Normas Fundamentais do Processo Civil .....	67
40. Noções introdutórias .....	67
41. Fonte imediata do direito processual civil (art. 1º).....	68
42. Coexistência dos princípios inquisitivo e dispositivo (art. 2º).....	70
43. Princípio da demanda.....	72
44. Acesso à Justiça (art. 3º) .....	74
45. Meios alternativos de composição de litígios: arbitragem (art. 3º, § 1º).....	75
46. Meios alternativos de composição de conflitos: solução consensual (art. 3º, §§ 2º e 3º) ...	76
47. Duração razoável do processo e celeridade de sua tramitação (art. 4º).....	77
48. Boa-fé (art. 5º) .....	79
49. Princípio da cooperação (art. 6º) .....	82
50. Princípio do processo justo e efetivo .....	86
51. Contraditório efetivo (arts. 7º, 9º e 10) .....	86
52. Princípio da legalidade (art. 8º).....	90
53. Boa-fé e dignidade da pessoa humana (arts. 5º e 8º).....	93
54. Princípios informativos da Administração Pública: princípio da eficiência (art. 8º)....	95
55. Publicidade e fundamentação das decisões judiciais (art. 11) .....	96
55.1. Relevância da fundamentação para o sistema de precedentes adotado pelo NCPC...	98
56. Princípio da isonomia e repulsa ao tratamento privilegiado (art. 12) .....	99
§ 6º Aplicação das Normas Processuais.....	101
57. Legislação de regência da jurisdição civil (art. 13) .....	101
58. Legislação estadual concorrente.....	102
59. Aplicação imediata da lei processual (art. 14).....	102
60. Função subsidiária do Código de Processo Civil (art. 15).....	103

*Capítulo III – Função Jurisdicional*

§ 7º Jurisdição, Processo e Ação .....	105
61. Imperatividade da ordem jurídica .....	105
62. Justiça privada e justiça pública.....	105
63. As instituições básicas do sistema processual civil (jurisdição, processo e ação).....	106
§ 8º Jurisdição .....	108
64. Jurisdição.....	108
65. Jurisdição, função e efetividade.....	111
66. Características da jurisdição .....	112
66-A. A força normativa dos precedentes e a ampliação da própria função jurisdicional ....	115
67. Imparcialidade e disponibilidade.....	116
68. Objetivo da jurisdição .....	118
69. Efetividade da tutela jurisdicional.....	119
70. Princípios fundamentais .....	120
71. Jurisdição civil .....	122
72. Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	122
73. Substitutivos da jurisdição .....	126
74. A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva.....	128
75. Panorama global do aprimoramento da jurisdição na evolução do Estado de Direito ....	131
§ 9º Processo .....	135
76. Conceito .....	135
77. A importância da definição e estabilização do objeto do processo.....	136
78. Processo e procedimento .....	137
79. Características do procedimento .....	140
80. Autonomia do processo.....	141
81. Espécies de processo.....	142
82. Funções do processo.....	143
83. Independência dos processos .....	144
84. Tutela ordinária e tutelas diferenciadas.....	145
85. Tutela ordinária e tutela de urgência .....	146
86. Tutela sancionatória e tutela inibitória.....	147
87. Pressupostos processuais.....	148
88. Os pressupostos processuais e a nulidade do processo.....	150
§ 10. Ação .....	155
89. O monopólio estatal da justiça.....	155
90. A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional .....	155
91. Autonomia do direito de ação .....	157
92. A evolução do conceito de ação .....	157
93. Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional.....	159
93.1. Direito à composição do litígio e direito à tutela jurisdicional .....	160
94. A constitucionalização do direito de ação. Restauração do conceito de ação de direito material.....	161
94.1. Redução do papel atribuído à ação no contexto do processo constitucionalizado....	163

95. Condições da ação.....	164
96. Enumeração e conceituação das condições da ação.....	167
97. Condições da ação estatuidas pelo Código de Processo Civil.....	169
98. Limites temporais da apreciação das condições de ação.....	175
99. Inter-relacionamento entre pressupostos processuais, condições da ação e mérito da causa .....	177
99.1. Mérito da causa: objeto do processo .....	179
100. Classificação das ações .....	179
101. Ação e pretensão .....	181
102. Ação e pretensão nos planos material e processual.....	182
103. Ação e causa.....	185
104. Elementos identificadores da causa .....	186
105. Cumulação de ações .....	188
106. A defesa do réu .....	189
107. Espécies de resposta.....	190

#### *Capítulo IV – Elementos e Efeitos do Processo*

§ 11. Elementos do Processo.....	193
108. Visão dinâmica e estática do processo .....	193
109. A relação processual .....	194
110. Classificação dos elementos do processo.....	195
§ 12. Efeitos da Relação Processual.....	196
111. Noções gerais .....	196
112. Direitos processuais .....	196
113. Obrigações processuais .....	196
114. Deveres processuais .....	197
115. Ônus processuais.....	197

### **Parte II – Competência**

#### *Capítulo V – Limites da Jurisdição Nacional*

§ 13. Noções Gerais.....	199
116. Conceito .....	199
116.1. Jurisdição e competência .....	200
117. Distribuição da competência.....	201
118. Classificação da competência .....	201
§ 14. Competência Internacional .....	203
119. Noções gerais .....	203
120. Espécies de competência internacional.....	203
121. Competência concorrente e litispendência .....	205
§ 15. Cooperação Internacional .....	207
122. Noções gerais .....	207
123. Modalidades de cooperação .....	209
124. Do auxílio direto .....	209

125. Da carta rogatória .....	211
126. Das disposições comuns ao auxílio direto e à carta rogatória.....	212
§ 16. Competência Interna .....	214
127. Noções gerais .....	214
128. Competência em matéria civil.....	215
129. Competência da Justiça Federal.....	216
130. Competência das Justiças Estaduais .....	218
§ 17. Critérios de Determinação da Competência Interna.....	219
131. Generalidades.....	219
132. Competência do foro e competência do juiz.....	221
133. Divisão da competência do foro.....	221
134. Cumulatividade de juízos competentes.....	221
135. Competência por distribuição.....	221
136. <i>Perpetuatio iurisdictionis</i> .....	222
§ 18. Competência em Razão do Valor da Causa E em Razão da Matéria .....	227
137. Competência em razão do valor da causa.....	227
138. Competência em razão da matéria .....	227
§ 19. Competência Funcional .....	228
139. Conceito .....	228
140. Classificação.....	228
141. Casos de competência funcional por graus de jurisdição.....	229
142. Casos de competência funcional pelo objeto do juízo .....	229
§ 20. Competência Territorial.....	230
143. Conceito .....	230
144. Foro comum.....	231
145. Foros subsidiários ou supletivos .....	231
146. Foros especiais.....	232
147. Ações reais imobiliárias.....	233
148. Foro da sucessão hereditária e da ausência.....	233
149. Foro da União, dos Estados e do Distrito Federal .....	235
150. Foros <i>ratione personae</i> .....	238
151. Foro das pessoas jurídicas.....	239
152. Foro dos Estados e Municípios.....	239
153. Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações .....	240
154. Foro relativo à arbitragem.....	241
155. Foro do idoso.....	241
156. Foro central e foros distritais ou regionais.....	242
§ 21. Modificações da Competência .....	245
157. Competência absoluta e competência relativa .....	245
158. Prorrogação de competência .....	246

159. Prorrogação legal. Conexão e continência.....	247
160. Modalidades de conexão.....	248
161. Continência.....	249
162. Intensidade da conexão.....	250
163. Efeito prático da conexão.....	253
164. Efeito prático da continência.....	254
165. Prevenção.....	255
166. A prevenção em caso de continência de ações.....	255
167. A conexidade e a competência absoluta.....	256
168. Oportunidade da reunião das ações conexas.....	257
169. Outros casos de prorrogação legal.....	258
170. Conexão entre ação penal e ação civil.....	260
171. Prorrogação voluntária.....	262
172. Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública.....	264
173. Prorrogação de competência em caso de foro de eleição ajustado em contrato de adesão.....	265
174. Prorrogação de competência no âmbito da Justiça Federal.....	266
§ 22. Declaração de Incompetência.....	268
175. Verificação de competência.....	268
176. Alegação de incompetência.....	269
177. Foro de eleição e declinação de competência.....	271
§ 23. Conflito de Competência.....	273
178. Noções gerais.....	273
179. Conflito de competência e arguição incidental de incompetência.....	274
180. Procedimento do conflito.....	275
181. Efeitos do conflito.....	276
§ 24. Cooperação Nacional.....	278
182. Noções gerais.....	278

### **Parte III – Sujeitos do Processo**

#### *Capítulo VI – Partes e Procuradores*

§ 25. Partes.....	281
183. Partes.....	281
184. Nomenclatura.....	282
185. Substituição processual.....	283
186. Sucessão de parte e alienação do bem litigioso.....	285
187. Capacidade processual.....	286
188. Massas patrimoniais personalizadas.....	288
189. Capacidade processual das pessoas casadas.....	288
190. Curatela especial.....	292
191. Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais.....	293
192. Incapacidade processual e irregularidade de representação.....	296



§ 26. Deveres e Direitos das Partes e Procuradores .....	298
193. Deveres .....	298
194. Ato atentatório à dignidade da justiça .....	300
195. Responsabilidade das partes por dano processual .....	304
196. Direitos .....	306
197. Direito especial dos litigantes idosos e portadores de doenças graves .....	307
§ 27. Despesas e Multas .....	309
198. Ônus financeiro do processo .....	309
199. Antecipação das despesas .....	310
200. Autor residente fora do Brasil ( <i>cautio pro expensis</i> ) .....	313
201. A sucumbência e as obrigações financeiras do processo .....	313
202. Ressalvas aos efeitos da sucumbência .....	314
203. Extinção do processo por perda do objeto .....	316
204. Sucumbência recíproca .....	317
205. Realização da obrigação de pagar as despesas processuais .....	318
206. Multas .....	318
207. Honorários de advogado .....	318
208. Honorários sucumbenciais e direito autônomo do advogado .....	319
209. Inclusão dos honorários advocatícios no ressarcimento de perdas e danos .....	320
210. Honorários do curador especial .....	321
211. Cabimento da verba sucumbencial de honorários .....	322
212. Inoperância da sucumbência .....	328
213. Fixação dos honorários .....	329
214. Critérios de fixação de honorários nas ações de que participe a Fazenda Pública...	330
214-A. Dispensa de condenação da Fazenda Nacional em honorários sucumbenciais...	332
214-B. Direito intertemporal em matéria de honorários de sucumbência .....	332
215. Alguns casos especiais de fixação de honorários .....	333
216. Execução dos honorários de sucumbência .....	335
217. Exigência dos honorários sucumbenciais e encargos moratórios .....	335
218. Assistência judiciária (gratuidade da justiça) .....	336
219. Assistência judiciária e atos notariais ou registrais .....	339
220. Procedimento para obtenção da assistência judiciária .....	339
221. Regime especial de intimação da Defensoria Pública .....	340
222. Revogação do benefício .....	341
§ 28. Advogados .....	342
223. Capacidade de postulação .....	342
224. O mandato judicial .....	342
225. Revogação e renúncia do mandato .....	344
226. Direitos e deveres .....	344
§ 29. Sucessão das Partes e dos Procuradores .....	347
227. Sucessão de parte .....	347
228. Sucessão do advogado .....	349

*Capítulo VII – Pluralidade De Partes*

§ 30. Litisconsórcio.....	351
229. Pluralidade de partes .....	351
230. Classificações.....	352
231. Espécies de litisconsórcio.....	352
232. Sistema do Código .....	354
233. Casos legais de litisconsórcio.....	355
234. Litisconsórcio necessário e litisconsórcio unitário.....	356
235. Precisão do sistema litisconsorcial instituído pelo novo Código .....	357
236. Litisconsórcio necessário ativo e passivo.....	359
237. Mobilidade da posição processual do litisconsorte necessário .....	360
238. Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação.....	362
239. Citação do litisconsorte necessário ordenada pelo juiz .....	363
240. Litisconsórcio facultativo unitário.....	365
241. Litisconsórcio facultativo recusável.....	366
242. Posição de cada litisconsorte no processo .....	367
243. Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais.....	369
§ 31. Intervenção de Terceiros .....	371
244. Conceito .....	371
245. Classificações.....	371
§ 32. Assistência.....	373
246. Conceito .....	373
247. Pressupostos da intervenção.....	373
248. Assistência simples e assistência litisconsorcial.....	374
249. Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial .....	377
250. Procedimento .....	378
251. Poderes e ônus processuais do assistente simples e litisconsorcial.....	379
252. Encargos do assistente e limites de sua atuação.....	380
253. Recursos .....	381
254. A assistência e a coisa julgada.....	383
255. Assistência provocada.....	384
256. Assistência atípica ou negociada .....	385
257. Assistência de legitimado coletivo em ação de natureza individual.....	386
258. O recurso de terceiro prejudicado .....	387
§ 33. Denúnciação da Lide .....	390
259. Conceito .....	390
260. Denúnciação da lide em outros sistemas jurídicos.....	392
261. Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano.....	393
262. Obrigatoriedade da denúnciação da lide .....	396
263. Casos de não cabimento da denúnciação da lide.....	397
264. Objetivo do incidente .....	398
265. Legitimação.....	399

266. Procedimento .....	399
267. Efeitos da denunciação da lide .....	401
268. Cumprimento da sentença que acolhe a denunciação .....	403
269. Recursos .....	404
270. Execução da sentença .....	405
271. Denúncias sucessivas .....	406
§ 34. Chamamento ao Processo.....	410
272. Conceito .....	410
273. Casos de admissibilidade do incidente .....	410
274. Procedimento .....	412
275. Chamamento ao processo nas ações do consumidor.....	413
276. O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil.....	413
§ 35. Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica .....	416
277. A desconsideração da personalidade jurídica .....	416
278. A desconsideração inversa da personalidade jurídica.....	418
279. Procedimento do incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	420
280. Efeitos da desconsideração da personalidade jurídica .....	422
281. Prevenção contra a fraude.....	423
§ 36. <i>Amicus Curiae</i> .....	426
282. Conceito .....	426
283. Natureza jurídica.....	427
284. Procedimento da intervenção .....	429
285. Poderes do <i>amicus curiae</i> .....	432
286. Deslocamento de competência.....	433
287. Custas e honorários processuais .....	433
<i>Capítulo VIII – Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça</i>	
§ 37. Organização Judiciária .....	435
288. O Poder Judiciário brasileiro .....	435
289. Duplo grau de jurisdição.....	437
290. Jurisdição extraordinária.....	437
291. Competência .....	438
292. Disciplina da magistratura .....	439
§ 38. Órgãos Judiciários.....	440
293. Juízes .....	440
294. Requisitos de atuação do juiz .....	440
294.1. Limites necessários à independência do juiz .....	441
295. Garantias da magistratura .....	442
296. Poderes e deveres procedimentais do juiz .....	443
297. Outros poderes e deveres do juiz, no plano decisório .....	448
298. Atividade criativa do juiz .....	450
299. Uma advertência sobre o garantismo processual e o ativismo judicial.....	450

300. Responsabilidade do juiz.....	454
301. Garantia de imparcialidade do juiz.....	454
302. Casuísmo legal.....	455
303. Juiz-testemunha.....	456
304. Exclusão do juiz suspeito ou impedido.....	457
305. Procedimento da alegação de impedimento e de suspeição .....	458
306. Impedimento ou suspeição de outros sujeitos processuais .....	460

§ 39. Auxiliares da Justiça.....	462
307. O juízo .....	462
308. Escrivão ou chefe de secretaria.....	462
309. Oficial de justiça.....	465
310. Perito.....	466
311. Depositário e administrador .....	468
312. Intérprete e tradutor .....	469
313. Dos conciliadores e mediadores judiciais .....	470
314. Outros auxiliares eventuais.....	483

#### *Capítulo IX – Sujeitos Especiais do Processo*

§ 40. O Ministério Público .....	485
315. Conceito .....	485
316. Funções.....	486
316.1. Funções de custos legis, segundo o Conselho Nacional do Ministério Público.....	488
317. Natureza .....	489
318. Ministério Público como parte.....	489
319. Ministério Público como <i>custos legis</i> .....	490
320. Ausência do Ministério Público no processo .....	492
321. Órgãos do Ministério Público .....	492
322. Princípios e garantias.....	492
323. Responsabilidade civil dos membros do Ministério Público .....	494

§ 41. Da Advocacia Pública.....	495
324. Conceito, funções e prerrogativas.....	495
325. Responsabilidade civil dos membros da Advocacia Pública dos entes federados.....	495

§ 42. Da Defensoria Pública.....	496
326. Conceito, funções e prerrogativas.....	496
327. Responsabilidade civil dos membros da Defensoria Pública .....	496

### **Parte IV – Atos Processuais**

#### *Capítulo X – Fatos Jurídicos Processuais*

§ 43. Atos Processuais .....	497
328. Conceito .....	497
329. Características e natureza dos atos processuais .....	499
330. Agentes .....	500
331. Atos do processo e atos do procedimento .....	501

332. Classificação dos atos processuais .....	501
333. Forma dos atos processuais.....	503
334. Publicidade.....	504
335. Meios de expressão .....	505
336. Os negócios jurídicos processuais.....	506
337. Calendário para a prática de atos processuais.....	512
338. O uso de sistema de transmissão de dados. Fac-símile ou outro similar .....	512
339. O grande programa de implantação do processo eletrônico no Brasil.....	514
340. A prática eletrônica de atos processuais no novo Código de Processo Civil .....	517
340.1. Regulamentação unificadora de atos processuais eletrônicos em todo o ter- ritório nacional baixada pelo CNJ.....	518
341. O processo eletrônico nos Tribunais Superiores.....	519
§ 44. Atos da Parte .....	521
342. Conceito e classificação.....	521
343. Eficácia dos atos das partes.....	522
344. Petições e autos suplementares.....	523
345. Cotas marginais e interlineares nos autos.....	524
§ 45. Atos do Juiz .....	525
346. Atividade processual do juiz.....	525
347. Atos decisórios.....	525
348. Definições legais.....	526
349. Decisão interlocutória .....	529
350. Despachos .....	530
351. Sentença.....	531
352. Atos não decisórios.....	534
353. Forma dos atos decisórios.....	535
§ 46. Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria .....	537
354. Documentação e comunicação dos atos processuais .....	537
355. Autuação.....	538
356. Termos processuais .....	539
357. Forma dos termos .....	539
<i>Capítulo XI – O Ato Processual no Tempo e no Espaço</i>	
§ 47. O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais .....	541
358. O tempo.....	541
359. Feriados e férias forenses.....	542
360. Processos que correm nas férias.....	544
361. Férias e recesso forense.....	544
362. O lugar .....	545
§ 48. Prazos.....	547
363. Disposições gerais .....	547
364. Classificação.....	548

365. Natureza dos prazos.....	548
366. Interpretação e aplicação das regras sobre prazo.....	550
367. O curso dos prazos.....	550
368. Contagem dos prazos: termo inicial.....	554
369. Contagem dos prazos no processo eletrônico.....	557
370. Prazos para recurso.....	559
371. Ciência inequívoca.....	561
372. Termo final.....	562
373. Preclusão.....	563
374. Prazos para as partes.....	564
375. Prazos para o juiz e seus auxiliares.....	565
376. Prazos para o Ministério Público, Fazenda Pública e Defensoria Pública.....	566
377. Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários.....	567
378. Inobservância de prazo da parte.....	567
379. Inobservância dos prazos do juiz.....	568

### *Capítulo XII – O Intercâmbio Processual*

§ 49. Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo.....	571
380. Intercâmbio processual.....	571
381. Forma dos atos de comunicação.....	572
382. A comunicação eletrônica.....	572
383. Atos processuais fora dos limites territoriais do juiz: cartas de ordem, precatórias e rogatórias.....	572
384. Requisitos das cartas.....	573
385. Cumprimento das cartas.....	575
386. Cartas urgentes.....	576
387. Custas nas cartas.....	576
388. Cartas rogatórias.....	577
§ 50. Citação.....	578
389. Conceito.....	578
390. Suprimento da citação.....	579
391. Destinatário da citação inicial.....	581
392. Local da citação.....	582
393. Impedimento legal de realização da citação.....	583
394. Modos de realizar a citação.....	583
395. Citação por oficial de justiça.....	584
396. Citação com hora certa.....	586
397. Citação pelo correio.....	589
398. Citação por edital.....	590
399. Citação por meio eletrônico.....	593
400. Responsabilidade do promovente da citação-edital.....	593
401. Efeitos da citação.....	594
402. Litispendência.....	594
403. Litigiosidade.....	595
404. Mora.....	595
405. Prescrição.....	596

406. Antecipação do efeito interruptivo da prescrição.....	597
406-A. Eficácia subjetiva da interrupção da prescrição.....	598
407. A força de interpelação reconhecida à citação.....	598
§ 51. Intimações.....	600
408. Conceito.....	600
409. Forma.....	600
410. Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça.....	607
411. Aperfeiçoamento da intimação.....	609
412. Intimação em audiência.....	610
412-A. Intimação eletrônica.....	611
413. Intimação por edital ou com hora certa.....	612
414. Efeitos da intimação.....	613

### *Capítulo XIII – Invalidade dos Atos Processuais*

§ 52. Nulidade.....	615
415. Conceito.....	615
416. Espécies de vícios do ato processual.....	616
417. Atos inexistentes.....	616
418. Noção de nulidade.....	617
419. Atos absolutamente nulos.....	617
420. Atos relativamente nulos.....	618
421. Nulidade do processo e nulidade do ato processual.....	619
422. Sistema de nulidades do Código.....	620
423. Nulidades cominadas pelo Código.....	621
424. Nulidades da citação e intimação.....	623
425. Arguição das nulidades.....	623
426. Momento da arguição.....	624
427. Decretação de nulidade.....	625
428. Efeitos da decretação.....	625

### *Capítulo XIV – Outros Atos Processuais*

§ 53. Registro, Distribuição e Valor Da Causa.....	627
429. Noções introdutórias.....	627
430. Registro.....	627
431. Distribuição.....	627
432. Distribuição por dependência.....	629
433. Distribuição por dependência como medida de coibição à má-fé processual.....	630
434. Valor da causa.....	634
435. Impugnação ao valor da causa.....	637

## **Parte V – TUTELA PROVISÓRIA**

### *Capítulo XV – Tutela de urgência e tutela da evidência*

§ 54. Noções Gerais.....	639
436. Introdução.....	639
437. Tutelas de urgência e da evidência.....	640

438. Tentativa doutrinária de fixar uma unidade ontológica entre todas as tutelas provisórias .....	641
439. A abolição da ação cautelar .....	644
440. A visão unitária da tutela de urgência .....	645
441. Da fungibilidade à unificação das tutelas de urgência .....	647
442. Traços comuns entre a tutela de urgência e a tutela da evidência .....	647
442-A. Modificação e revogação da medida provisória .....	649
442-B. Fundamentos do pedido de revogação ou modificação da tutela provisória .....	651
442-C. Casos especiais de extinção da tutela de urgência decretada em caráter antecedente .....	651
443. Regras comuns a todas as tutelas provisórias .....	652

#### *Capítulo XVI – Tutelas de Urgência (I)*

§ 55. Classificação, Características, Requisitos, Iniciativa, Forma e Conteúdo .....	655
444. Classificação das tutelas provisórias cautelares .....	655
445. Requisitos da tutela provisória de urgência .....	657
446. O <i>fumus boni iuris</i> .....	657
447. O <i>periculum in mora</i> .....	658
448. Reversibilidade .....	659
449. Perigo de dano reverso .....	660
450. Fungibilidade das tutelas de urgência .....	661
451. Necessidade de fundamentação adequada .....	662
452. Medida liminar <i>inaudita altera parte</i> .....	663
453. Limitações especiais às liminares contra atos do Poder Público .....	664
454. Comprovação dos requisitos da medida liminar .....	665
455. Distinção entre liminar e medida de urgência .....	666
456. Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade .....	667
457. Contracautela .....	670
458. Oportunidade da tutela de urgência .....	671
459. Iniciativa da tutela de urgência e da evidência .....	672
460. Medidas cautelares nominadas e medidas cautelares inominadas .....	673
461. Poder discricionário na tutela de urgência genérica .....	674
462. Forma e conteúdo das tutelas de urgência .....	675
463. A discricionariedade do poder geral de prevenção e a escolha da medida .....	675
464. Aplicação prática de medidas inominadas .....	677
465. Limites do poder geral de cautela .....	678

#### *Capítulo XVII – Tutelas de Urgência (II)*

§ 56. Competência e Procedimentos da Tutela de Urgência .....	681
466. Competência .....	681
467. Os procedimentos das tutelas de urgência .....	685
468. Tutela de urgência incidental .....	685
469. Tutela de urgência antecedente .....	686
§ 57. Competência e Procedimentos da Tutela de Urgência Conservativa Antecedente .....	688
470. Petição inicial .....	688
471. Lide e seu fundamento .....	688



472. Exposição sumária do direito que se visa assegurar.....	689
473. Perigo na demora de prestação da tutela jurisdicional .....	689
474. Outros requisitos da petição inicial.....	689
475. Despacho da petição inicial e a citação do réu.....	690
476. A defesa do réu.....	690
477. Prazo para o autor deduzir o pedido principal.....	692
478. Inobservância do prazo de dedução do pedido principal .....	693
479. Indeferimento da medida: dedução do pedido principal e possibilidade de formação de coisa julgada.....	693
480. Procedimento de dedução do pedido principal.....	694
481. Impossibilidade de renovar a medida conservativa que perdeu a eficácia.....	695
§ 58. Procedimento da Tutela de Urgência Satisfativa Antecedente.....	697
482. Reafirmação da distinção entre tutela satisfativa e tutela conservativa .....	697
483. Legitimação.....	699
484. Processos que comportam a antecipação de tutela satisfativa .....	699
485. Antecipação de tutela satisfativa e as diversas modalidades de sentença de mérito .....	701
486. Tutela de urgência satisfativa: procedimento especial dos arts. 303 e 304 do NCPC ...	707
487. Detalhamento do procedimento destinado a obter possível estabilização da medida satisfativa .....	708
488. Defesa do sujeito passivo da medida de urgência satisfativa antecedente.....	711
489. Pedido de reconsideração .....	712
490. Esquema do procedimento da tutela urgente satisfativa antecedente, no rito adequado à estabilização da medida provisória.....	713
491. Esquema do procedimento da tutela urgente satisfativa antecedente sem a perspectiva de estabilização da medida liminar.....	714
§ 59. Estabilização da Tutela de Urgência Satisfativa Antecedente.....	717
492. O sistema de estabilização adotado pelo Código de 2015 .....	717
493. Propositura da ação principal depois de ocorrida a estabilização da tutela provisória satisfativa .....	719
494. Prazo para ajuizamento da ação de cognição plena .....	720
§ 60. Normas Comuns às Tutelas Urgentes.....	722
495. Extinção das tutelas de urgência antecedentes.....	722
496. Responsabilidade civil pela tutela de urgência.....	723
<i>Capítulo XVIII – Tutela da Evidência</i>	
§ 61. Regime Particular da Tutela da Evidência .....	725
497. Tutela da evidência.....	725
498. Oportunidade e conteúdo da tutela da evidência.....	725
499. Legitimação.....	728
500. O casuismo legal da tutela da evidência.....	729
<i>Capítulo XIX – Força das Medidas Provisórias</i>	
§ 62. Decisão e Cumprimento das Medidas Provisórias.....	735
501. Julgamento da pretensão à tutela provisória .....	735

502. Cumprimento das medidas de urgência .....	735
503. Mandamentalidade das medidas de tutela sumária .....	739
504. Execução das medidas urgentes satisfativas .....	740
505. Execução das medidas definidas com base na tutela da evidência.....	741
506. Provisoriedade do cumprimento de todas as decisões deferidoras das tutelas sumárias .....	742

### *Capítulo XX – Medidas Cautelares Nominadas*

§ 63. Regime do Novo CPC.....	743
507. Introdução.....	743
508. Arresto .....	743
509. Sequestro .....	744
510. Arresto e sequestro .....	745
511. Arrolamento de bens .....	745
512. Registro de protesto contra alienação de bens .....	746
513. Outras medidas cautelares tradicionais.....	747

## **Parte VI – Instauração, Crise e Fim do Processo**

### *Capítulo XXI – Formação, Suspensão e Extinção do Processo*

§ 64. Introdução.....	751
514. Noções gerais .....	751
§ 65. Formação do Processo.....	753
515. O processo.....	753
516. Sujeitos da relação jurídico-processual .....	753
517. Início do processo .....	755
518. Formação gradual da relação processual .....	756
519. Estabilização do processo.....	756
520. Alteração do pedido.....	757
521. Alterações subjetivas.....	758
§ 66. Suspensão do Processo.....	760
522. Conceito .....	760
523. Os casos de suspensão do processo .....	761
524. Suspensão por morte ou perda de capacidade processual.....	762
525. Suspensão por convenção das partes.....	763
526. Suspensão em razão de arguição de impedimento ou suspeição do juiz .....	764
527. Suspensão por prejudicialidade.....	764
528. Prejudicialidade e conexão .....	765
529. Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	767
530. Suspensão pela discussão em juízo de questão decorrente de acidentes e fatos da navegação da competência do tribunal marítimo .....	767
531. Suspensão por motivo de força maior .....	768
532. Outros casos legais de suspensão .....	768
532-A. Suspensão por motivo de parto ou concessão de adoção.....	768
532-B. Suspensão por motivo de o advogado tornar-se pai.....	769

533. Férias e suspensão do processo .....	769
534. Suspensão por necessidade de verificação de fato delituoso na justiça criminal .....	770
§ 67. Extinção do Processo.....	771
535. Encerramento da relação processual .....	771
536. Sentenças definitivas e terminativas .....	771

## PARTE ESPECIAL PROCESSO DE CONHECIMENTO

### Parte VII – Processo e Procedimento

#### *Capítulo XXII – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais*

§ 68. Processo e Procedimentos de Cognição .....	775
537. Processo.....	775
538. Procedimento .....	776
539. Procedimentos no processo de cognição.....	777
540. Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária .....	778
541. Esquema do procedimento comum.....	779
542. Fases do procedimento comum .....	780
543. Fase postulatória.....	780
544. Fase saneadora.....	781
545. Fase instrutória.....	781
546. Fase decisória.....	782
547. Adequação do procedimento .....	782
§ 69. Procedimento Sumário.....	785

### Parte VIII – Procedimento Comum

#### *Capítulo XXIII – Fase de Postulação*

§ 70. Petição Inicial .....	787
560. Fases do procedimento comum .....	787
561. Petição inicial.....	789
562. Requisitos da petição inicial .....	789
563. Despacho da petição inicial.....	792
564. Casos de indeferimento da petição inicial.....	795
565. Extensão do indeferimento.....	796
566. Improcedência liminar do pedido .....	797
567. Intimação da sentença <i>prima facie</i> .....	799
568. Recurso contra o julgamento <i>prima facie</i> .....	800
569. Preservação do contraditório e ampla defesa.....	801
570. Efeitos do despacho da petição inicial.....	801
§ 71. O Pedido.....	804
571. Petição inicial.....	804

572. Pedido .....	804
573. Requisitos do pedido .....	805
574. Pedido em ação relacionada com contratos de empréstimos, financiamento ou alienação de bens.....	805
575. Pedido concludente.....	807
576. Pedido genérico.....	807
577. Pedido cominatório .....	808
578. Pedido alternativo .....	809
579. Pedidos subsidiários .....	810
580. Pedido de prestações periódicas .....	811
581. Pedido de prestação indivisível .....	812
582. Pedidos cumulados .....	813
583. Espécies de cumulação de pedidos .....	814
584. Interpretação do pedido.....	815
585. Pedidos implícitos .....	816
586. Aditamento e modificação do pedido.....	816
§ 72. A audiência de conciliação ou de mediação.....	819
587. Introdução.....	819
588. Audiência preliminar de conciliação ou de mediação .....	819
589. Prazo para a contestação .....	822
§ 73. A Resposta do Réu .....	824
590. A defesa do réu .....	824
591. A resposta do réu .....	824
592. Espécies de defesa .....	826
593. Defesa processual.....	826
594. Defesa de mérito.....	827
595. Reconvenção .....	828
596. Síntese .....	828
§ 74. Contestação.....	829
597. Conceito .....	829
598. Conteúdo e forma da contestação.....	830
599. Ônus da defesa especificada .....	830
600. Preliminares da contestação .....	832
601. Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares.....	835
602. Alegação de ilegitimidade <i>ad causam</i> .....	836
603. Alegação de incompetência do juízo .....	837
604. Alegação de abusividade da cláusula de eleição de foro .....	838
605. Réplica ou impugnação do autor .....	838
§ 75. Reconvenção .....	839
606. Conceito .....	839
607. Contestação reconvenicional: uma inovação do novo Código de Processo Civil.....	840
608. Pressupostos da reconvenção .....	841
609. Reconvenção e compensação .....	844

610. Procedimento .....	846
611. Reconvenção sem contestação .....	848
612. Extinção do processo principal .....	848
§ 76. Revelia e Reconhecimento do Pedido .....	850
613. Revelia.....	850
614. Os efeitos da revelia .....	851
615. Alteração do pedido.....	855
616. Reconhecimento da procedência do pedido .....	856
<i>Capítulo XXIV – Fase de Saneamento</i>	
§ 77. Providências Preliminares.....	857
617. Conceito .....	857
618. Réplica do autor.....	858
619. Revelia e provas .....	859
620. Intervenção do Ministério Público .....	860
621. Ação declaratória incidental .....	860
622. Outras providências preliminares.....	860
§ 78. Julgamento Conforme o Estado do Processo .....	862
623. Conceito .....	862
624. Extinção do processo .....	863
625. Julgamento antecipado do mérito.....	864
626. Julgamento antecipado parcial do mérito.....	865
627. Liquidação e execução da decisão antecipada parcial.....	867
628. Procedimento e recurso do julgamento parcial antecipado .....	868
§ 79. Saneamento e Organização do Processo .....	870
629. Decisão de saneamento .....	870
630. Cabimento.....	871
631. Conteúdo.....	872
631.1. Delimitação consensual das questões de fato e de direito .....	874
632. Direito de esclarecimentos sobre a decisão de saneamento .....	875
633. Formas da decisão de saneamento.....	877
<i>Capítulo XXV – Instrução e Debate da Causa</i>	
§ 80. Audiência de Instrução e Julgamento.....	879
634. Audiência .....	879
635. Características da audiência .....	880
636. Atos preparatórios.....	882
637. Adiamento da audiência.....	883
638. Antecipação de audiência .....	885
639. Conciliação .....	885
640. Procedimento da conciliação .....	887
641. Instrução e julgamento.....	888
642. Documentação da audiência .....	889

## Capítulo XXVI – Fase Probatória

§ 81. A Prova .....	893
643. Conceito .....	893
644. Direito fundamental à prova .....	894
645. Características da prova .....	896
646. Objeto da prova .....	897
647. Finalidade e destinatário da prova.....	900
648. Prova e verdade .....	901
649. Valoração da prova.....	903
650. Sistema legal da valorização da prova .....	904
651. O sistema do Código .....	908
652. Poder de instrução do juiz .....	909
653. Iniciativa probatória do juiz e democracia .....	914
654. Garantismo processual e ativismo judicial .....	916
§ 82. Ônus da Prova .....	919
655. Ônus da prova.....	919
656. Ônus da prova: natureza .....	920
657. Os dois aspectos do ônus da prova .....	921
658. Sistema legal do ônus da prova.....	923
659. Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor .....	925
660. Iniciativa probatória do juiz e ônus legal da prova .....	925
661. Distribuição estática do ônus da prova .....	926
662. Distribuição dinâmica do ônus da prova.....	928
663. Justificativa da redistribuição dinâmica do ônus da prova.....	933
664. O emprego da técnica da distribuição dinâmica não é discricionário.....	935
665. Procedimento a observar para alterar o regime legal do ônus probatório .....	936
666. Teoria do ônus dinâmico da prova e garantismo processual .....	936
667. Ônus dinâmico da prova e contraditório.....	938
668. A distribuição dinâmica do ônus da prova e as provas difíceis .....	938
669. Ônus da prova nas ações do consumidor .....	940
670. Convenção sobre ônus da prova .....	942
§ 83. Meios de Prova .....	944
671. Meios de prova .....	944
672. Prova por presunção .....	945
673. Presunção legal e ficção legal.....	947
674. Regras de experiência comum e conhecimento privado do juiz .....	947
675. Procedimento probatório.....	948
676. Instrução por meio de carta.....	950
677. Dever de colaboração com a Justiça .....	951
678. Prova emprestada.....	952
679. Boa-fé e prova.....	954
§ 84. Da Produção Antecipada da Prova.....	957
680. Noções introdutórias .....	957

681. Antecipação de prova .....	957
682. Cabimento.....	958
683. Oportunidade.....	962
684. Objeto da antecipação de prova .....	962
685. Competência.....	963
686. Procedimento .....	963
687. Sentença.....	965
688. Valoração da prova antecipada .....	965
689. Eficácia .....	966
690. Medida <i>inaudita altera parte</i> .....	966
691. Despesas processuais .....	966
692. Destino dos autos.....	966

### *Capítulo XXVII – Meios Legais de Prova*

§ 85. Ata Notarial.....	969
693. Conceito .....	969
694. Natureza da ata notarial .....	970
695. Necessidade de requerimento da parte interessada.....	971
696. Falsidade da ata .....	971
697. Exemplos de fatos registráveis em ata notarial.....	971
§ 86. Depoimento Pessoal .....	973
698. Conceito .....	973
699. Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal.....	973
700. Legitimação para o depoimento.....	974
701. Objeto do depoimento pessoal.....	975
702. Procedimento .....	975
§ 87. Confissão.....	977
703. Conceito .....	977
704. Requisitos da confissão .....	978
705. Classificações.....	979
706. Efeitos da confissão.....	979
707. Indivisibilidade da confissão .....	980
708. Valor da confissão extrajudicial .....	981
§ 88. Exibição de Documento ou Coisa.....	982
709. Conceito .....	982
710. Oportunidade da medida.....	983
711. Legitimação e interesse.....	983
712. Procedimento e efeitos da exibição requerida contra a parte .....	984
712.1. Exibição intentada contra cadastro de pontualidade.....	986
713. Procedimento e consequências da exibição requerida contra terceiro .....	987
§ 89. Prova Documental .....	991
714. Conceito .....	991
715. Força probante dos documentos.....	992

716. Documentos públicos.....	993
717. Reprodução de documentos públicos .....	994
718. Documentos particulares.....	995
719. Valor probante do documento particular .....	996
720. Telegramas, cartas, registros domésticos .....	998
721. Livros empresariais .....	999
722. Documentos arquivados em meio eletromagnético.....	1001
723. Reprodução de documentos particulares .....	1002
724. Reproduções mecânicas de coisas ou fatos.....	1003
725. Documentos viciados em sua forma .....	1004
726. Falsidade documental.....	1005
727. Espécies de falsidade.....	1005
728. Ônus da prova.....	1007
729. A arguição de falsidade .....	1008
730. Procedimento do incidente de falsidade.....	1009
731. Facultatividade do incidente de falsidade.....	1011
732. Produção da prova documental .....	1012
733. Desentranhamento de documentos.....	1015
§ 90. Documentos Eletrônicos.....	1017
734. Noção introdutória .....	1017
735. Documento eletrônico.....	1017
736. Regime legal.....	1018
737. Documento eletrônico não certificado .....	1019
§ 91. Prova Testemunhal.....	1021
738. Conceito .....	1021
739. Valor probante das testemunhas .....	1022
740. Inadmissibilidade da prova testemunhal .....	1023
741. Direitos e deveres da testemunha .....	1025
742. A produção da prova testemunhal.....	1029
§ 92. Prova Pericial .....	1036
743. Conceito .....	1036
744. Admissibilidade da perícia.....	1038
745. O perito .....	1040
746. O procedimento da prova pericial .....	1043
747. Valor probante da perícia.....	1049
748. Nova perícia .....	1051
§ 93. Inspeção Judicial .....	1052
749. Conceito .....	1052
750. Procedimento .....	1052
<i>Capítulo XXVIII – Fase Decisória</i>	
§ 94. Noções Introdutórias.....	1055
751. Conceito de processo.....	1055
752. Conteúdo e finalidade do processo .....	1056



§ 95. Sentença (I) .....	1058
753. Definição legal e classificação doutrinária .....	1058
754. Sentença terminativa: extinção do processo sem julgamento do mérito .....	1060
754.1. Indeferimento da inicial .....	1061
754.2. Abandono da causa .....	1061
754.3. Ausência de pressupostos processuais .....	1063
754.4. Perempção .....	1064
754.5. Litispendência e coisa julgada.....	1064
754.6. Condições da ação.....	1065
754.7. Perda do objeto .....	1067
754.8. Convenção de arbitragem.....	1068
754.9. Desistência da ação .....	1069
754.10. Intransmissibilidade da ação.....	1070
754.11. Confusão entre autor e réu.....	1071
755. Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito.....	1071
756. Iniciativa da extinção do processo.....	1072
757. Saneamento do processo, quando o defeito for suprível.....	1072
758. Juízo de retratação.....	1073
§ 96. Sentença (II).....	1074
759. Extinção do processo com resolução de mérito.....	1074
759.1. Acolhimento ou rejeição do pedido .....	1076
759.2. Prescrição e decadência .....	1076
759.3. A prescrição e os diversos tipos de ação .....	1078
759.4. Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu.....	1080
759.5. Transação .....	1081
759.6. Retratação e rescisão de transação .....	1082
759.7. Renúncia à pretensão .....	1083
760. Natureza da sentença definitiva .....	1085
761. Função da sentença definitiva .....	1086
762. Preferência da sentença definitiva sobre a terminativa (primazia do julgamento de mérito).....	1088
763. Função da sentença terminativa.....	1088
§ 97. Estrutura e Formalidades da Sentença .....	1090
764. Conteúdo da sentença .....	1090
765. Relatório .....	1091
766. Motivação.....	1092
767. Dispositivo da sentença.....	1098
768. Condições formais da sentença.....	1098
769. Clareza .....	1099
770. Precisão.....	1099
771. A precisão da sentença no caso de obrigação de pagar quantia certa.....	1100
772. Sentença condenatória ilíquida .....	1101
773. A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer .....	1102

774. Extensão das regras de tutela às obrigações de fazer e não fazer aos deveres de natureza não obrigacional.....	1105
775. Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa.....	1106
776. Regra especial de tutela específica às obrigações de declaração de vontade (modalidade de obrigação de fazer).....	1107
777. Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa .....	1108
§ 98. Publicação, Interpretação e Correção da Sentença.....	1109
778. Publicação e intimação da sentença .....	1109
779. Efeitos da publicação .....	1110
780. Correção e integração da sentença .....	1111
781. Princípio da demanda e princípio da congruência.....	1112
782. Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i> .....	1113
783. Interpretação da sentença .....	1117
§ 99. Classificação das Sentenças .....	1120
784. Classificações.....	1120
785. Sentenças declaratórias.....	1121
786. Sentenças condenatórias .....	1123
787. Sentença constitutiva.....	1125
788. Momento de eficácia da sentença .....	1126
789. Multiplicidade de efeitos da sentença.....	1126
§ 100. Efeitos da Sentença .....	1127
790. Conceito .....	1127
791. Entrega da prestação jurisdicional.....	1128
792. Classificação das sentenças quanto aos efeitos.....	1128
793. Hipoteca judiciária.....	1130
794. Outros efeitos secundários da sentença .....	1131
795. Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário).....	1132
795.1. Julgamento da remessa necessária .....	1134
795.2. Exclusões da remessa necessária .....	1134
§ 101. Coisa Julgada .....	1136
796. A conceituação de coisa julgada no novo Código .....	1136
797. Sentença, efeitos e coisa julgada.....	1138
798. Coisa julgada administrativa .....	1141
799. Coisa julgada total e parcial.....	1141
800. Coisa julgada formal e material .....	1144
801. Terminologia do julgamento de mérito .....	1148
802. Fundamento da autoridade da coisa julgada .....	1149
803. Arguição da coisa julgada .....	1150
804. Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada .....	1150
805. Efeitos positivos e negativos da coisa julgada.....	1151
806. Preclusão .....	1152

§ 102. Limites da Coisa Julgada.....	1156
807. Limites objetivos .....	1156
808. Motivos da sentença .....	1159
808.1. Motivo e ratio decidendi.....	1161
808.2. Revisão do mito de que só o dispositivo da sentença passa em julgado .....	1162
808.3. Tendência do direito comparado e a posição do novo CPC.....	1165
808.4. Processo civil espanhol .....	1167
808.5. Processo civil da Federação Russa.....	1167
808.6. Processo civil português .....	1167
808.7. Processo civil italiano.....	1167
808.8. Síntese .....	1170
809. Verdade dos fatos .....	1171
810. Questões prejudiciais.....	1172
811. Questões implicitamente resolvidas .....	1176
812. A eficácia preclusiva da coisa julgada.....	1178
812.1. Reflexos diferentes da eficácia preclusiva em face do autor e do réu .....	1180
813. Limites subjetivos.....	1181
814. Expansão dos limites subjetivos para além das partes do processo .....	1183
815. Limites subjetivos da coisa julgada e obrigações solidárias.....	1184
816. Coisa julgada nas ações coletivas .....	1186
817. Relações jurídicas de trato continuado e outros casos de rejugamentos .....	1189
818. Limites temporais da coisa julgada .....	1191
819. Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso.....	1191
820. Execução forçada e coisa julgada .....	1194

*Capítulo XXIX – Título Judicial Ilíquido*

§ 103. Liquidação da Sentença Condenatória Genérica.....	1197
821. Sentença ilíquida .....	1197
822. Execução da sentença ilíquida.....	1198
823. Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais.....	1199
824. Casos de iliquidez da sentença .....	1199
825. Natureza jurídica da liquidação da sentença .....	1200
826. A liquidação e os honorários advocatícios .....	1202
827. Limites da liquidação.....	1204
828. Contraditório.....	1205
829. Liqueidez parcial da sentença.....	1206
830. Liquidação por iniciativa do vencido .....	1206
831. Recursos .....	1207
832. Liquidação frustrada.....	1209
§ 104. Procedimentos da Liquidação.....	1211
833. Procedimentos possíveis .....	1211
834. Liquidação por cálculo .....	1212
835. Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos.....	1213
836. Memória de cálculo a cargo da parte beneficiária da assistência judiciária.....	1213
837. Liquidação por arbitramento.....	1214

838. Liquidação pelo procedimento comum .....	1215
839. A indisponibilidade do rito da liquidação .....	1216
840. Rescisão da decisão liquidatória .....	1217

*Capítulo XXX – Cumprimento da Sentença*

§ 105. Disposições gerais .....	1223
841. Introdução.....	1223
842. Custas e encargos do cumprimento de sentença .....	1224
843. Regras gerais disciplinadoras do cumprimento das sentenças .....	1225

Bibliografia .....	1229
Índice Onomástico .....	1257
Índice Alfabético de Assuntos .....	1263
Índice dos Fluxogramas.....	1291